



APTAD – Ass. Portuguesa de Transportadores em Automóveis Descaracterizados  
Praça Dom António Ribeiro 5-A  
1750-372 Lisboa

Lisboa, 1 de fevereiro de 2025

## COMUNICADO À COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Assunto:** A quem servem as alterações propostas à Lei TVDE?

A **APTAD – Associação Portuguesa de Transportadores em Automóveis Descaracterizados** manifesta a sua profunda **desilusão e indignação** face aos projetos de alteração da Lei 45/2018 apresentados pelos partidos políticos na Assembleia da República.

**Os motoristas e operadores TVDE foram ignorados. O setor foi ignorado. O próprio regulador foi ignorado.**

Nos últimos meses, a APTAD reuniu com todos os grupos parlamentares, apresentou um relatório detalhado sobre o setor, demonstrando **factos, números e propostas concretas** para um setor mais justo e equilibrado. No entanto, **as propostas apresentadas pelos partidos políticos omitem por completo as verdadeiras soluções para os problemas do setor** e, em vez disso, parecem servir apenas os interesses das plataformas Uber e Bolt, as grandes beneficiadas de um setor sem regulação justa.

**O Parecer da AMT é claro. O que fazem os partidos políticos? O oposto ao que está no parecer**

Na semana passada, a **Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT)** publicou um parecer **independente e de elevada qualidade**, analisando as propostas legislativas e alertando para os riscos que algumas alterações representam. A **APTAD saúda e revê-se integralmente nas conclusões da AMT**. A Autoridade sublinha a necessidade de garantir **regras de transparência e equilíbrio**, preservando a independência entre operadores e plataformas, reforçando a proteção dos motoristas e promovendo uma concorrência justa.

Se há um parecer **técnico, rigoroso e isento**, porque é que os partidos políticos escolheram **ignorar** estas recomendações e apresentar propostas que apenas favorecem as plataformas eletrónicas?

Face a esta situação, a APTAD **apelou formalmente ao Governo** para que apresente **um projeto de alteração da legislação TVDE que vá ao encontro às recomendações da AMT**. Não há justificação para que estas conclusões sejam ignoradas em prol dos interesses das plataformas.

### **Uma alteração feita à socapa, para entregar o setor às plataformas**

Entre as propostas apresentadas, há uma que **demonstra claramente a quem servem estas alterações**: a tentativa de **revogação do n.º 2 do artigo 12.º** da lei atual.

Esta norma impede que as plataformas **se tornem proprietárias de veículos TVDE, financiem ou sejam parte interessada em negócios de aquisição, aluguer, leasing ou outra forma de utilização de veículos TVDE**. Este artigo é essencial para garantir que as plataformas não assumam o controlo total do setor, eliminando qualquer concorrência e reduzindo operadores e motoristas a meros trabalhadores subordinados às suas condições abusivas.

E como está a ser feita esta alteração? **À socapa, sem qualquer explicação nos documentos que a acompanham, a ver se ninguém se apercebe.**

Quem quer eliminar esta regra essencial? **O PSD e a Iniciativa Liberal.**

A AMT foi clara: **este artigo deve ser reforçado, não revogado**. Mas PSD e IL preferem legislar para favorecer as plataformas e não para proteger os milhares de motoristas e operadores que todos os dias fazem este setor funcionar.

### **Onde estão as medidas que realmente importam?**

As propostas apresentadas **não incluem qualquer solução para os dois maiores problemas do setor**:

- **Tarifas** – Não há qualquer definição clara sobre **quem deve definir os preços das viagens**. Sem um mecanismo justo e transparente, as plataformas continuarão a ditar valores que não cobrem os custos operacionais, obrigando motoristas a trabalhar longas jornadas por rendimentos miseráveis.
- **Regulação da taxa de ocupação** – A ausência de uma regulação que implemente uma **taxa de ocupação mínima de 70%** perpetua o excesso de veículos em circulação, que não só reduz os rendimentos, como também impacta negativamente a pegada ecológica e o ordenamento urbano.



---

Sem abordar estas questões centrais, o projeto de lei não passa de um conjunto de alterações pontuais que **não alteram em nada a precariedade e insustentabilidade do setor TVDE.**

#### **A APTAD exige respeito pelo setor**

A APTAD não se calará e **continuará a lutar por um setor digno, sustentável e transparente.** Não aceitamos que os interesses das plataformas se sobreponham à sobrevivência dos motoristas e operadores.

**Exigimos que os partidos políticos revejam estas propostas e sigam as recomendações do parecer da AMT, que são as que verdadeiramente servem o setor TVDE.**

A APTAD representa os interesses dos motoristas e operadores e estará sempre do lado de quem realmente faz este setor funcionar.

**Não nos venderão às plataformas.**

A Direção



Para mais informações ou entrevistas, contacte-nos em [geral@aptad.pt](mailto:geral@aptad.pt) ou +351 967 852 653  
Estamos disponíveis para esclarecer e reforçar a importância de um setor TVDE mais justo e equilibrado.

#### Sobre a APTAD

A missão da Associação Portuguesa de Transportadores em Automóveis Descaracterizados (APTAD) é unir empresários/parceiros e motoristas no setor TVDE, representando-os de forma digna e eficaz perante as entidades reguladoras e governamentais e as plataformas electrónicas. Estamos empenhados em promover a defesa dos direitos e das condições laborais dos nossos associados, proporcionar formação e capacitação profissional, fomentar a inovação e a sustentabilidade no setor, e facilitar o "networking" e a partilha de conhecimento entre os membros.

A nossa visão é sermos reconhecidos como a principal entidade representativa do setor de Transportadores em Automóveis Descaracterizados (TVDE) em Portugal, promovendo a excelência, a inovação e a sustentabilidade no transporte de passageiros, enquanto defende os interesses dos empresários/parceiros e dos motoristas.

[www.aptad.pt](http://www.aptad.pt)